

ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NOS MAIORES MUNICÍPIOS PRODUTORES DE AGAVE SISALANA NO ESTADO DA BAHIA

Rafael Rodrigo Ferreira de LIMA¹

RESUMO

A compreensão do Índice de Desenvolvimento Humano permite orientar políticas públicas para o desenvolvimento humano e avaliar o impacto, ainda que de forma subjetiva, da atividade produtiva em determinadas localidades. Para muito além do crescimento econômico, o Índice de Desenvolvimento Humano permite entender como o ser humano é colocado no cenário de drásticas mudanças ambientais, sociais, econômicas e políticas. Neste trabalho, objetivou-se evidenciar a evolução do IDH, e de suas facetas renda e educação, nos maiores municípios produtores de folha e de fibra de Agave Sisalana. A metodologia aplicada baseou-se no caráter exploratório e de natureza qualiquantitativa tendo em vista que trata e discute aspectos objetivos e subjetivos do desenvolvimento humano na região sisaleira da Bahia e foi composta por dois aspectos: bibliográfico, utilizado para discutir e fundamentar o contexto e a discussão nas plataformas ScienceDirect e Periódicos Capes, e coleta de dados secundários, fonte central do objetivo proposto. Concluiu-se que, nos maiores municípios produtores de fibra e folha de Agave Sisalana, embora tenha havido significativas melhorias nos índices do IDH, ainda apresentam um quadro sério de desenvolvimento humano precário, requerendo atenção do poder público e da sociedade.

Palavras-chave: *Agave Sisalana*. Desenvolvimento Humano. Economia local.

¹ Mestrado em andamento em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).
Geolingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
ISSN 2175-862X (on-line)

ANALYSIS OF THE HUMAN DEVELOPMENT INDEX IN THE LARGEST AGAVE SISALANA PRODUCING MUNICIPALITIES IN THE STATE OF BAHIA

ABSTRACT

Understanding the Human Development Index allows us to guide public policies for human development and evaluate the impact, albeit subjectively, of productive activity in certain locations. Far beyond economic growth, the Human Development Index allows us to understand how human beings are placed in the scenario of drastic environmental, social, economic and political changes. In this work, the objective was to highlight the evolution of the HDI, and its income and education facets, in the largest municipalities producing Agave Sisalana leaves and fiber. The methodology applied was based on an exploratory and qualitative-quantitative nature, considering that it deals with and discusses objective and subjective aspects of human development in the sisal region of Bahia and was composed of two aspects: bibliographic, used to discuss and substantiate the context and the discussion on the ScienceDirect and Periódicos Capes platforms, and collection of secondary data, the central source of the proposed objective. It was concluded that, in the largest municipalities producing fiber and Agave Sisalana leaf, although there have been significant improvements in the HDI indices, they still present a serious picture of precarious human development, requiring attention from public authorities and society.

Keywords: *Agave Sisalana*. Human Development. Local Economy.

1 INTRODUÇÃO

A agaveicultura representa um importante meio de sobrevivência no semiárido brasileiro, especialmente no estado da Bahia. Conforme exposto por Lima, Santos e Bispo (2023), ainda que a *Agave sisalana* seja um vegetal originário do México, sua importação e cultivo para e no território brasileiro encontrou apoio edafoclimático suficiente para seu desenvolvimento e processamento, colocando o Brasil entre os principais produtores globais de fibra natural de sisal.

É da *Agave sisalana* que derivam, além das fibras, produtos compósitos poliméricos, medicamentosos, agrônômicos e alimentícios destinados à uma multiplicidade de utilizações nas mais diferentes necessidades humanas e não humanas, ainda que seu potencial tecnológico não esteja plenamente aproveitado (Lima; Santos; Bispo, 2023).

A Bahia, principal estado produtor de fibra de sisal do Brasil (IBGE, 2017), produz 90% de toda a fibra natural brasileira destinada ao atendimento dos mercados interno e externo (Martin et al., 2009; Queiroga, 2021). Nesse estado, o sisal nomeia um dos vinte e sete territórios de identidade e caracteriza toda uma região, denominados, respectivamente, Território de Identidade do Sisal e Região Sisaleira.

A repartição do estado da Bahia em diferentes territórios revela a tentativa de reduzir as desigualdades geradas pelo processo de alocação de recursos e tecnologia voltados para o desenvolvimento regional. Nesse cenário, foram criados 27 territórios de identidades de forma a proporcionar elementos suficientes e necessários para o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades sociais (Blatt; Gondim, 2013). O sisal, devido a sua importância econômica e a sua adaptabilidade às condições semiáridas, nomeia uma expressiva porção do estado baiano. No entanto, importância econômica não significa, necessariamente, pleno e adequado desenvolvimento humano. E ainda que outras atividades econômicas contribuam para a economia da região sisaleira, faz-se necessário buscar a compreensão da qualidade de vida dos habitantes dessa área, correlacionando, sempre que possível, com a história de formação e desenvolvimento da cadeia produtiva do sisal.

Embora, como assegura Aguiar e Pires (2019), estudar uma região e suas especificidades, em trocas constantes com influências externas e internas, não seja uma tarefa fácil e simples, tal esforço é necessário e fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a sustentabilidade. Não bastasse essa complexidade inerente ao estudo de qualquer e toda localidade, soma-se a isso

a preocupante revelação de que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no Brasil, estão parados, estagnados e em retrocesso (GTSC A2030, 2021) significando um alarmante estado para o desenvolvimento humano brasileiro. Estudar e buscar compreender a dinâmica humana torna-se, assim, preponderante para alcançar o futuro sustentável que se pretende.

Dessa forma, torna-se importante compreender a dinâmica humana por meio do Índice de Desenvolvimento Humano dos principais municípios produtores de folha e de fibra de sisal com o objetivo de se verificar se há realmente valor agregado para as populações diretamente envolvidas nesse importante ciclo produtivo.

Com essa perspectiva, este trabalho objetiva evidenciar a evolução do IDHM, e de suas facetas renda e educação, nos maiores municípios produtores de folha e de fibra de Agave Sisalana no estado da Bahia.

2 METODOLOGIA

Este trabalho possui caráter exploratório e de natureza quali-quantitativa tendo em vista que trata e discute aspectos objetivos e subjetivos do desenvolvimento humano na região sisaleira da Bahia. Sua metodologia pode ser compreendida em dois aspectos: bibliográfico, utilizado para discutir e fundamentar o contexto e a discussão, e coleta de dados secundários, fonte central do objetivo proposto.

No que se refere à pesquisa bibliográfica, foram empregados os descritores “IDH”, “IDHM”, “IDHM-Renda” e “IDHM-Educação”, sem restrição de idioma, para artigos revisados por pares e de acesso aberto na Plataforma de Periódicos Capes. Na base ScienceDirect, utilizando os descritores, separados e combinados, “Human Development Index” e “Brazil”, com restrição aos anos de 2023 e 2024 e com acesso aberto. Os artigos foram selecionados de acordo com a aderência do tema e empregados narrativamente para a discussão e fundamentação dos dados secundários apresentados.

A coleta de dados secundários ocorreu na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Censo Agro 2017, onde se aplicou os filtros, nessa sequência, Agricultura > Bahia > Sisal ou Agave - Fibra e Sisal ou agave - Folha para determinar os principais municípios produtores de fibra e de folha, em toneladas, de sisal (Agave sisalana). Na plataforma Atlas Brasil, foram

aplicados os filtros, nessa sequência, Bahia>Municípios> Desenvolvimento Humano> IDHM, Educação e Renda>1991 e 2010. Os dados foram compilados e organizados em gráficos referentes aos indicadores dos anos de 1991 e 2010 por apresentarem um tempo maior entre as publicações dos referidos dados, permitindo uma visualização ampla da dinâmica do IDH nos municípios trabalhados.

3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A aplicação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - busca suprir as carências de outros índices puramente econômicos, como o Produto Interno Bruto, para o entendimento da dinâmica social e para a melhor assertividade da elaboração e implementação de políticas públicas, apesar das críticas quanto à sua operacionalização no campo desse tipo de atuação estatal (Guimarães; Jannuzzi, 2005).

A constatação de que o crescimento econômico não provocava, por si só, uma evolução no nível de qualidade de vida da população levou à busca de novas informações e indicadores que fossem capazes de melhor refletir a melhoria do bem-estar da população que o PIB per capita. Com efeito, ao longo do tempo, esse indicador demonstrou uma série de desvantagens, dentre as quais é possível destacar: a incapacidade de refletir a distribuição da renda interna em cada unidade territorial, o fato de ser sensivelmente afetado pela variação cambial e o seu caráter unidimensional, ou seja, não capta outros aspectos essenciais, tais como a educação, saúde, meio ambiente etc (Guimarães; Januzzi, 2005, p. 75).

Esse indicador possui, portanto, uma completude maior e uma abrangência social mais próxima da realidade em virtude de não considerar apenas o aspecto econômico para indicar o desenvolvimento de uma dada localidade, região e/ou país. Conforme explicado por Andaish e Assadi (2024), o IDH reflete como as pessoas conseguem exercer seu poder de escolha e como elas podem desenvolver suas habilidades em uma leitura de mundo em que as pessoas são mais importantes que a economia. E se encontra nessa ressignificação do indivíduo frente à sua capacidade de trabalho e de gerar riquezas e da localidade enquanto local de bens imateriais que convergem necessidades silenciadas dos seres humanos, traduzidas pelo IDH.

De forma conceitual, o Índice de Desenvolvimento Humano, para Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 75),

[...] é um índice que busca mensurar o nível de desenvolvimento de um país da perspectiva mais ampla do que a simples relação entre o produto interno bruto e a população. Para tanto, incorpora as dimensões longevidade e educação, combinadas mediante um procedimento aritmético simples.

Já Toussaint (2020, p. 360-361) conceitua o IDH como um

[...] instrumento de medida, utilizado pelas Nações Unidas para calcular o grau de desenvolvimento de um país, leva em conta o rendimento por habitante, o grau de educação e a esperança média de vida da população.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2013, p. 23), o “IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde –, ter acesso ao conhecimento – educação – e poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda”.

Acesso a conhecimento - É medido por meio de dois indicadores. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e tem peso 1. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo; e tem peso 2. A medida acompanha a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação. Isso facilitará aos gestores identificar se crianças e jovens estão nas séries adequadas nas idades certas. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE.

Padrão de vida - É medido pela renda municipal per capita, ou seja, a renda média dos residentes de determinado município. É a soma da renda de todos os residentes, dividida pelo número de pessoas que moram no município – inclusive crianças e pessoas sem registro de renda. Os dados são dos Censos Demográficos do IBGE (PNUD, 2013, p. 29).

Na perspectiva de entendimento desse Índice, é válido lembrar que ele é um conceito que pode sofrer variações na forma de expressá-lo em virtude de sua multidisciplinaridade (Pedrosa, 2023). À parte às suas múltiplas formas de expressão, uma vantagem substancial desse indicador é a incorporação dos elementos pobreza e distribuição de renda como pilares para a compreensão da dinâmica social e como o homem é colocado e se coloca no processo de desenvolvimento e crescimento da região em estudo (Romão, 1993). Formado, portanto, pelas facetas da educação e

da renda, o Índice de Desenvolvimento Humano:

[...] surgiu com o objetivo de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica, ampliando a perspectiva sobre o desenvolvimento humano (Aragão; Forte, 2022, p. 13).

Ao buscar a mensuração do desenvolvimento humano, ou da qualidade de vida (Pedrosa, 2023), é necessário compreender que esse índice se correlaciona, por exemplo, com a saúde (Ferreira Junior et al., 2022; Feliciano; Villela; Oliveira, 2023), a taxa de mortalidade infantil (Guimarães et al., 2017) e a sustentabilidade (Oliveira, 2022) demonstrando seu poder de norteamiento e explicação de fenômenos sociais.

No Brasil, fatores como as disparidades regionais, a informalidade no setor econômico e desafios microeconômicos são entraves ao desenvolvimento do país e das regiões (Barros Junior et al., 2023). Nesse viés econômico, Doré e Teixeira (2023) ressaltam a importância do Brasil como uma das maiores economias emergentes que se contrapõe as características endógenas deletérias ao desenvolvimento humano como a alta desigualdade, ao alto analfabetismo - quando comparado com os demais países da América do Sul-, ao alto nível de corrupção e à instabilidade das instituições políticas. Assim, conforme demonstrado, o pilar econômico do Brasil enfrenta desafios micro e macroeconômicos (Barros Junior et al., 2023; Doré; Teixeira, 2023) e é perceptível que os efeitos da influência econômica acarretam desafios para os indivíduos que desenvolvem sua atividade econômica com o objetivo de sustentar a si e a sua comunidade no interior do país. Essa relação consequencial alcança os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS - e a Sustentabilidade tendo em vista, conforme evidenciado por Martins et al. (2023), que a sinergia entre os setores produtivos, a sociedade e os fatores saúde, educação e políticas públicas no contexto de melhoria global da qualidade de vida das comunidades e a otimização de recursos financeiro-econômicos e naturais não deve ser minimizada ou invisibilizada em detrimento do crescimento econômico, mas realçada objetivando a longevidade das cadeias produtivas e da vida, humana e não humana, nos mais diferentes ecossistemas. Ainda que mensurar o alcance dos ODS não seja uma tarefa fácil e/ou simples, é um fato conhecido que as condições econômicas podem contribuir para a avaliação de estágio da qualidade de vida e do desenvolvimento dos indivíduos em uma dada localidade (Wang et al., 2024), o que os coloca em convergência com as informações fornecidas pelos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano.

4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SISAL

O Índice de Desenvolvimento Humano mostra-se eficaz para o entendimento dos municípios e suas dinâmicas. Assim, considerando os 15 principais municípios produtores da folha e da fibra natural de Agave Sisalana no Estado da Bahia (IBGE, 2017), é válido buscar o entendimento de como ocorreu a dinâmica do IDH nesses municípios brasileiros e das facetas da renda e educação com a finalidade de entender como a atividade econômica interferiu no desenvolvimento humano desses municípios.

A Figura 1 mostra o IDHM dos anos 1991 e 2010 para o conjunto dos municípios sisaleiros. Fica evidente que houve um aumento significativo e substancial desse índice indicando melhorias no que compete à qualidade de vida das populações desses municípios. Deve-se notar, porém, que tal qualidade não é proveniente unicamente da exploração da agaveicultura, mas de movimentos estatais e reflexos econômicos variados, como se observará. Chama a atenção, ainda na Figura 1, que em 1991 todos os municípios analisados estavam com o IDHM abaixo de 0,499, classificados como pertencentes ao grupo de municípios com o desenvolvimento humano *muito baixo*. Em 2010, os municípios de Santaluz, Teofilândia, Umburanas, Várzea Nova, Araci, Monte Santo, Campo Formoso, Ouroilândia, Mirangaba e Mulungu do Morro tiveram por uma tímida evolução e passaram a ser classificados como municípios com *baixo* IDHM. Para esse ano de referência, apenas os municípios de Conceição do Coité, Valente, Retirolândia, São Domingos e Jacobina passaram a ser classificados como municípios de *médio* IDHM. É importante chamar a atenção para a evolução dos municípios de Umburanas, cujo IDHM era abaixo de 0,2 em 1991 e passou a ser maior que 0,5 em 2010 e de Mulungu do Morro, que em 1991 possui um IDHM de pouco mais de 0,2 e passou, em 2010. São aumentos significativos em um período curto de tempo.

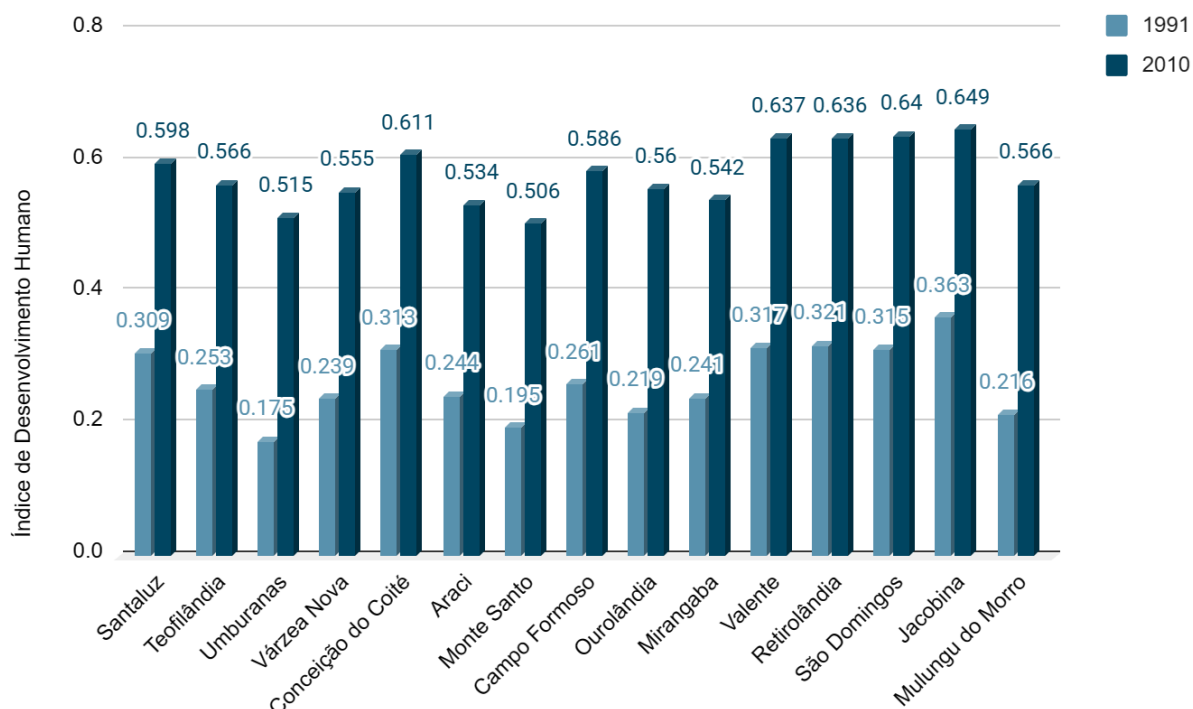


Figura 1 - IDHM dos principais municípios produtores de folha e de fibra de Agave Sisalana no estado da Bahia

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, *online*, 2023.

Esse cenário de melhoria nesse índice, ao longo de duas décadas, é uma realidade condizente com as observações de Santos e Silva (2017) ao constatarem que nas décadas precedentes compreendidas entre os anos de 1960 e 1991 o desenvolvimento humano nos municípios do Território de Identidade do Sisal, que estão dentro da Região Sisaleira da Bahia, era muito baixo, externalizando a extrema pobreza dos municípios sisaleiros e cujos motivos remontam ao percurso histórico da própria construção dessa cadeia produtiva nesse recorte geográfico. Para esses autores a contradição entre a riqueza econômica gerada pelo sisal e a extrema desigualdade produziu apenas a miséria para a maioria da população sisaleira. Nesse sentido, durante a cronologia de implantação e desenvolvimento da cadeia produtiva da agaveicultura

Estima-se que entre 700 a 800 mil trabalhadores chegaram a trabalhar no processo produtivo; para eles e suas famílias, a prosperidade dos sisalais nunca foi traduzida em benefícios efetivos (Santos; Silva, 2017, p. 9).

Isso demonstra que o mero exercício da atividade laboral nos sisalais não significava e não

significa riqueza econômica e social para todos os atores envolvidos nesse processo de produção, indicando a centralização do poder econômico nas mãos de alguns poucos desses atores (Santos; Silva, 2017). Esse reflexo socioeconômico da produção de sisal perfaz um quadro de elementos contraditórios dessa cadeia produtiva e que se correlaciona com a exagerada exploração do trabalhador sisaleiro. Para Coelho Neto e Lima (2012, p. 17),

A organização socioeconômica erigida pela cadeia produtiva do sisal tem reproduzido sua feição tecnológica arcaica e socialmente injusta e desigual, manifestando-se na concentração de renda engendrada pela superexploração do trabalho e pela sujeição da renda da terra ao capital, e na submissão dos trabalhadores às precárias condições de trabalho e de vida.

A afirmação desses autores, à luz da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano, que considera a renda um pilar fundamental na análise do ser humano em seu contexto social, produtivo e econômico (Figueira; Figueira, 2017), demonstra que esses municípios produtores de sisal e da fibra natural deste percorreram um longo caminho até o atual patamar de desenvolvimento. Isso não implica, necessariamente, em uma mudança radical socioeconômica para os indivíduos residentes nesses municípios em virtude, principalmente, do estado de pobreza crônica que caracteriza os municípios sisaleiros tendo em vista que essa ainda é uma tônica infeliz que assola a região e, apenas sob a ótica dos indicadores econômicos, não há reflexos que permitam inferir, ainda de forma tímida, a melhoria da qualidade de vida para essas populações (Barreto; Duarte; Alves, 2019).

Ao se considerar toda a Região Nordeste, Cunha e Ferreira (2016) destacam que a melhoria do IDHM dessa região, no período entre 1991 e 2010, é devido ao aporte de recursos e políticas públicas direcionadas para as áreas de saúde e de educação, o que provocou a elevação do IDHM. Para esses autores,

[...] a quantidade de políticas públicas a nível regional devem continuar exercendo forte influência positiva nos aspectos sociais, na melhoria da qualidade de vida, no acesso digno à educação e à saúde, na promoção do desenvolvimento econômico, geração de empregos, geração de renda e continuidade da melhoria dos índices de desenvolvimento humano nos municípios da região nordeste e no país (Cunha; Ferreira, 2016, p. 177).

Extrapolando-se essas observações de Cunha e Ferreira (2016) para a região sisaleira da Bahia, é natural que se valide tais observações, conforme a Figura 1, significando que a população

passou a ter mais acesso à educação, à saúde e à renda. Isso é condizente com o relato de Santos et al. (2020) que constataram que os municípios baianos com menor IDHM, entre 2001 e 2014, tiveram maior cobertura das equipes de saúde relativas à saúde bucal (ESB) e equipe de saúde da família (ESF), o que indica melhoria global da qualidade de vida dos baianos nessas localidades. Para essas autoras, a correlação entre indicadores como IDH e indicadores da saúde são fundamentais para a priorização e melhoria da qualidade do serviço de saúde oferecido à população. Jesus (2016) destaca que, na Bahia, entre 1991 e 2000, houve queda na taxa de crescimento da população rural (-1,34%) e aumento da população urbana (2,51%) ao passo que no período entre 2000 e 2010 a taxa de crescimento da população urbana foi de 1,42% e a da população rural foi de -0,93%. Comparativamente, houve uma desaceleração do abandono das áreas rurais no estado da Bahia e Jesus (2016) atribui tal dinâmica à influência das políticas de desenvolvimento rural que objetivaram conter a migração do rural para o urbano. Como consequência, é possível inferir que essa dinâmica populacional entre os ambientes rural e urbano contribuíram para o acesso a serviços básicos, melhorando o IDHM, mas não necessariamente elevando a cobertura dos serviços, como saúde, educação, água encanada, coleta de resíduos e energia elétrica, nas localidades de origem desses indivíduos.

4.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - RENDA

A faceta renda do Índice de Desenvolvimento Humano dos principais municípios produtores de folha e de fibra de Agave Sisalana no Estado da Bahia está descrita nas Figuras 2 e 3. De acordo com a Figura 2, em 1991 apenas o município de Jacobina possuía um IDHM-Renda *baixo*, ao passo que todos os demais se encontravam dentro da classificação *muito baixo*. Em 2010, houve uma ascensão de mais municípios à classificação de IDHM *baixo*, composto pelos municípios de Santaluz, Teofilândia, Várzea Nova, Conceição do Coité, Araci, Monte Santo, Campo Formoso, Ouroilândia, Mirangaba, Retirolândia e Mulungu do Morro. O município, ainda para o ano base de 2010, de Umburanas mantém-se dentro da classificação de IDHM-Renda *muito baixo*. Em contrapartida, os municípios de Valente, São Domingos e Jacobina ascenderam à classificação de IDHM-Renda *médio*.

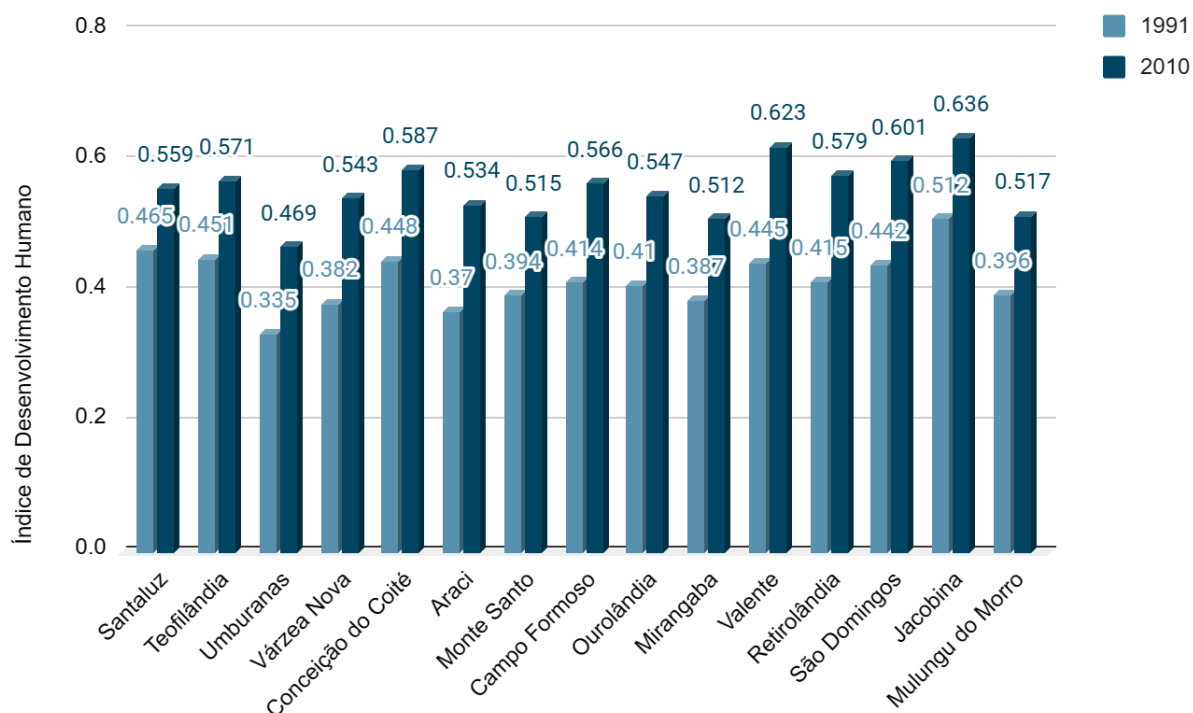


Figura 2 - IDHM-Renda dos principais municípios produtores de folha e de fibra de *Agave Sisalana* no estado da Bahia

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, *online*, 2023.

Embora a Figura 2 evidencie um crescimento substancial em relação à renda nos municípios estudados e que, conforme Jesus (2016), é condizente com o crescimento da renda no estado e no conjunto dos territórios que o compõem, é necessário observar mais de perto o ano base de 2010 para compreender como a renda encontrava-se realmente distribuída. De acordo com a Figura 3, um percentual expressivo da população desses municípios, com exceção de Umburanas, tinha um rendimento médio de até 0,5 salário-mínimo, demonstrando uma fragilidade no acesso à qualidade de vida por meio do poder aquisitivo. Merece destaque, nesse sentido, o município de Valente que, embora tenha apresentado, em 2010, um IDHM-Renda maior que 0,6, a distribuição da renda entre os munícipes é pouquíssimo superior a 40%, demonstrando que um IDHM-Renda alto não significa, necessariamente, uma distribuição de renda equitativa entre os seres humanos da localidade analisada.

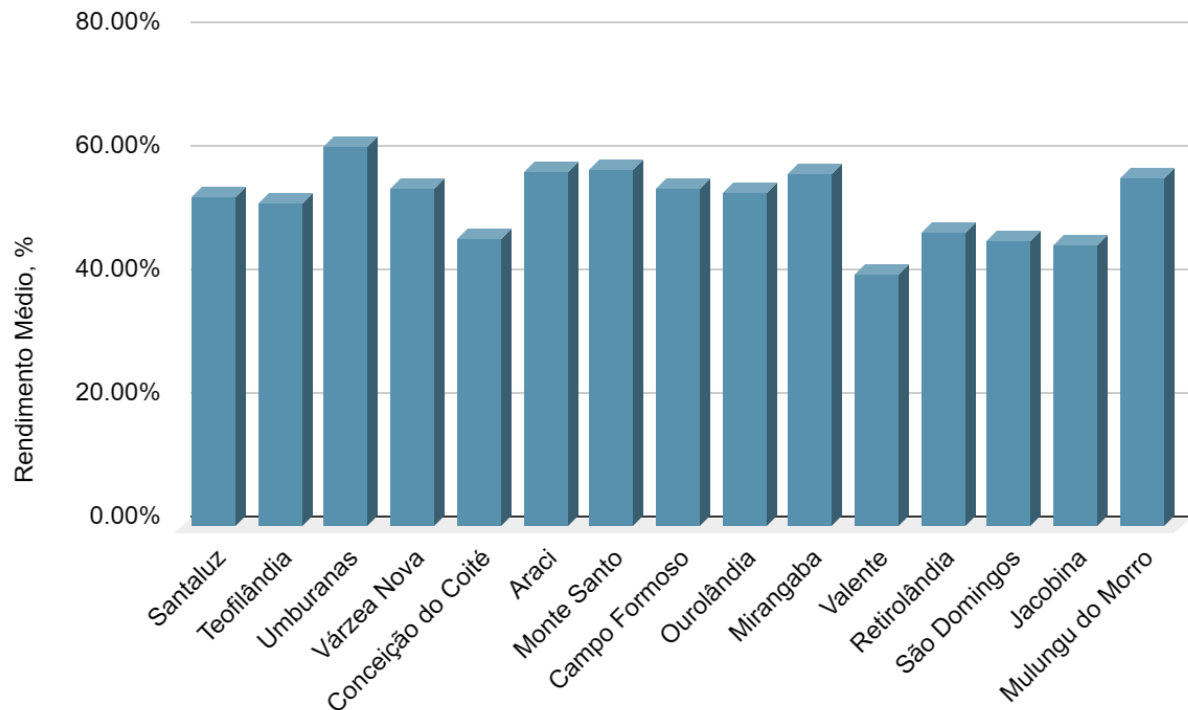


Figura 3 - Percentual da população com rendimento médio de até 0,5 salário-mínimo em 2010

Fonte: Adaptado de IBGE, *online*, 2023.

Nesse contexto, é fundamental observar que, se existe uma assincronia entre o IDHM-Renda e a distribuição de renda, é igualmente válido perceber que existe uma relação direta entre a renda e a existência e/ou manutenção da pobreza, na dimensão econômica.

A desigualdade de renda e a pobreza são características marcantes do Nordeste brasileiro, constituindo-se em um dos seus principais problemas, posto que a região em geral apresenta os piores indicadores de pobreza e desenvolvimento humano do Brasil (Oliveira, Lima, Barrinha, 2019, p. 154).

Assim, ao tratar a pobreza na dimensão econômica e reconhecer, como posto por Oliveira, Lima e Barrinha (2019) que esse traço social é profundamente marcado na região Nordeste do Brasil, é óbvio que há que se observar o cenário estadual para que se tenha um panorama fiel da problemática do IDHM-Renda nesses municípios. Dessa forma, é necessário que os municípios ora tratados sejam observados sob a ótica das particularidades socioeconômicas da cadeia produtiva do sisal, cuja historicidade denota uma centralidade da acumulação do poder econômico, político e social nas mãos de uma elite sisaleira (Santos; Silva, 2017). Ao tratar da má distribuição da renda

oriunda da agaveicultura é preciso considerar que

[...] a atualidade do problema da desigualdade de renda, apresentando uma composição do valor apropriado por cada segmento da cadeia: o dono da bateadeira/exportador fica com a maior parcela da renda, 40,6%; o dono do motor fica com 25,2%; o dono do campo de sisal com 23,8%; e os trabalhadores ocupados com o desfibramento ficam com 10,4%. Esses dados lançam luz sobre o processo de concentração da renda e da superexploração do trabalho (Coelho Neto; Lima, 2012, p. 17-18).

Vê-se, de acordo com os autores elencados que a renda, enquanto pilar para o acesso à qualidade e dignidade do ser humano atuante na agaveicultura, obedece a uma perversa lógica capitalista em que o trabalhador, além de ser explorado, sua remuneração é baixa em detrimento da manutenção do poder sociopolítico e econômico das elites sisaleiras, conforme descrito por Santos e Silva (2017). Essa realidade vivenciada pelos trabalhadores da agaveicultura no semiárido baiano reforça o argumento de Bansal et al. (2023) ao afirmar que o trabalho escravo do Brasil-colônia ainda é uma cicatriz aberta no mercado de trabalho brasileiro moderno com 370.000 trabalhadores ainda nessas condições, no que se eufemizou como “condições análogas à escravidão”, caracterizada por trabalho forçado, longas jornadas, condições degradantes de trabalho e restrições à locomoção do trabalhador, onde a violência física e econômica e diversas outras formas de exploração se fazem presentes. Nessa triste constatação, a mudança paradigmática sobre o exercício do trabalho, principalmente nas áreas rurais, é um fator decisivo para a longevidade e a qualidade de vida dos indivíduos que habitam e trabalham na zona rural. E é razoável inferir, para a agaveicultura, que o rendimento médio e o IDHM-Renda desses municípios poderiam ser radicalmente modificados caso o acesso à renda, retribuída de forma justa pelo esforço laboral despendido, fosse, de fato, ressignificado.

Dessa maneira, é evidente que, ao se tratar do processo de combate à desigualdade, há um viés político da ótica puramente econômica, baseada na atuação industrial no estado da Bahia, onde os valores do Produto Interno Bruto do estado e de alguns municípios são empregados para a análise da liderança da economia baiana no cenário regional e nacional (Guerra, 2017).

A trajetória da economia baiana a partir da segunda metade do século XX tem sido marcada pela concentração econômica – em termos de segmentos industriais (químico/petroquímico, celulose e metalúrgico) e empresariais (poucas empresas respondem por significativa parcela da arrecadação de impostos) – e espacial (em torno da Região Metropolitana de Salvador nas atividades industriais e de serviços) (Guerra, 2017, p. 59).

Percebe-se, então, que, no caso dos municípios produtores de folha e de fibra de Agave Sisalana, localizados muito distantemente da Região Metropolitana de Salvador e por estarem fora do setor industrial dos fabricantes de produtos químicos e petroquímicos, existe toda uma dinâmica desconsiderada pela análise econômica predominante, o que pode provocar a formação de um contingente imenso de indivíduos que podem precisar de ajuda social, política e econômica para alcançar patamares aceitáveis de desenvolvimento humano, como pode ser observado no Figura 1. Dentro desse cenário, é importante ressaltar que a agaveicultura é propícia ao semiárido, que:

[...] caracteriza-se pela pouca água de superfície, pelas águas subterrâneas salobras (o uso de água salobra saliniza o solo, salga a terra), a escassez e a irregularidade de chuvas, além de intensa evapotranspiração. Ou seja, as condições edafoclimáticas dificultam bastante as atividades agropecuárias que são predominantes em uma área com elevada densidade demográfica. As consequências são desemprego, grande número de minifúndios, imensa informalidade, ocupações precárias com baixa remuneração, reduzido nível de urbanização, péssimos indicadores sociais e forte pressão migratória sobre as demais cidades possuidoras de infraestrutura econômica e social (Guerra, 2017, p. 69).

Conforme apontado por Guerra (2017), não é estranho que as populações dos municípios do semiárido necessitem do aporte do Estado para conseguir superar as crises sociais e econômicas, que existem e possam surgir, em virtude das condições ambientais da área ocupada. Sobre esse aporte, é sabido:

[...] desde meados da década de 1990, políticas públicas têm sido usadas por diversos governos para tentar reverter essa configuração econômica, que faz de vastos recortes do território da Bahia desertos econômicos, incapazes de reter parte de população, especialmente a mais jovem. Incentivos de vários tipos foram concedidos, visando atrair para alguns desses espaços empreendimentos industriais, principalmente. A concepção teórica por trás dessas políticas é que regiões atrasadas como o semiárido baiano podem ter vantagens locais devido à concessão de incentivos e ao baixo custo de alguns fatores produtivos, como mão de obra e recursos naturais. O investimento inicial deveria ser feito pelo Estado, por empresas estrangeiras, ou de outras regiões do país, uma vez que a disponibilidade de capital local e a capacidade empreendedora nas regiões atrasadas seriam escassas (Guerra, 2017, p. 69).

Parte das consequências dessa interferência estatal, necessária, pode ser percebida nas Figuras 1 e 2, e revela que há mais trabalho a ser feito na busca pela qualidade de vida dessas populações municipais visando o desenvolvimento humano na desafiadora área do Semiárido Brasileiro. Ao considerar apenas a renda, é cometido um erro grosseiro nesse processo, sendo

necessário a compreensão da pobreza em suas várias dimensões e entender que:

[...] as políticas públicas de combate à pobreza, com foco apenas na renda, não são suficientes para combatê-la e, em muitos casos, criam uma minimização do problema, a tempo que apontam uma subestimação da pobreza e do número de pobres, quando se utiliza apenas o enfoque unidimensional (Santos, Carvalho, Barreto, 2017, p. 261).

Sobre o estado da Bahia e o panorama exposto pelas décadas abrangidas pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios, Santos, Carvalho e Barreto (2017, p. 261) esclarecem que:

[...] não restam dúvidas que a Bahia precisa avançar no desenho e na implementação de políticas públicas de desenvolvimento e redução da pobreza, no sentido de fomentar o crescimento de determinadas atividades econômicas, especialmente aquelas com maior capacidade de geração de emprego e renda, bem como incentivar melhorias nas condições de vida das populações menos privilegiadas, em termos de infraestrutura de saneamento básico, melhores condições de moradia, saúde e educação. Porque, na medida em que essas atividades se tornam mais competitivas, fruto de políticas desenvolvidas pelos agentes locais, o efeito de geração de renda possibilita maior desenvolvimento local/regional e, consequentemente, reduz a pobreza e a desigualdade. Pois, mesmo entendendo que a renda não deva ser o único indicador de medição da pobreza, é possível afirmar que ela continua sendo um elemento importante para combatê-la.

Ao considerar a multidimensionalidade da pobreza para a análise dos indicadores de desenvolvimento humano, é possível encontrar um panorama muito mais fidedigno da realidade. Na compreensão da multidimensionalidade da pobreza baiana, o IDH pode ser utilizado como uma ferramenta poderosa para a transformação social por meio da aplicação de políticas públicas direcionadas para esses municípios e para a agaveicultura (Santos, Carvalho, Barreto, 2015).

No caso específico do estado da Bahia, é sabido que educação e renda estão entre aquelas que refletem problemas de ordem social e econômica entre a parcela populacional mais carente e residente no semiárido baiano (Almeida et al., 2020).

A modificação de espaços, caracterizados pela desigualdade há muito estabelecida, é um processo muito difícil e lento. Falando especificamente em termos de desenvolvimento, a Região Sisaleira possui elementos estruturais que travam esse processo, dentre eles a própria estruturação em função de interesses de uma demanda externa e de uma política marcada pela valorização, somente, da concepção dos líderes dominantes. É claro que essas características não são

exclusivas dessa região, mas aí elas se encontram arraigadas como se fossem partes integrantes e indispensáveis da reprodução social (Santos, 2012, p. 36).

A baixa renda constatada na atividade sisaleira influencia diretamente na dinâmica econômica e política desses municípios tendo em vista que a região sisaleira e a agaveicultura são marcadas, além da superexploração da mão-de-obra já mencionada, pelo “trabalho sob o regime de escravidão e, em condições precárias, exploração de trabalho infantil, sendo submetidos em condições de extrema exposição física, onde, se observou marcas e mutilações nos corpos dessas pessoas (Avelino, 2020, p.641)”.

4.2 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - EDUCAÇÃO

Ao tratar da faceta educacional do IDH nos municípios ora estudados, considerando a disparidade de renda ora discutida, é crível que o acesso à educação seja um problema latente. Não se trata apenas da existência de estabelecimentos educacionais, mas da garantia da manutenção do acesso a estes e da disponibilidade de recursos para a manutenção da infraestrutura educacional. A importância dessa faceta do IDH é evidenciada por Pereira e Castro (2019, p. 68) ao afirmarem que:

A educação de qualidade da população de um país é amplamente apontada como fator de significativa relevância com relação ao processo de desenvolvimento social, científico, cultural e econômico de um povo, de uma nação.

Assim, considerando tal importância multisetorial, a Figura 4 mostra a evolução do IDH-Educação nos municípios em discussão. Em 1991, com exceção de Conceição do Coité, a maioria dos municípios estavam classificados como muito baixo para esse índice, que, juntamente com as informações das Figuras 1 e 2, denotavam uma extrema debilidade social da região sisaleira da Bahia. Para o ano base de 2010, há uma significativa melhora nesse indicador. Novamente, o município de Conceição do Coité é destacado devido ao recuo nesse período.

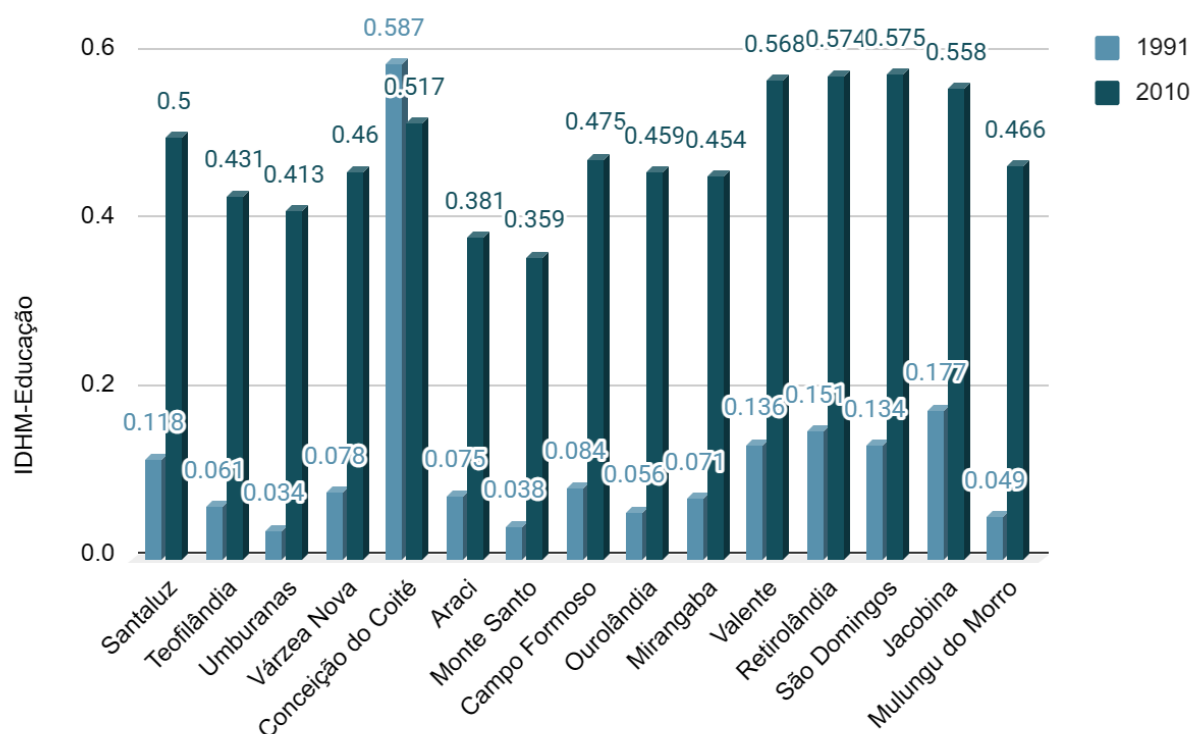


Figura 4 - IDHM-Educação dos principais municípios produtores de folha e de fibra de Agave Sisalana no estado da Bahia

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil, *online*, 2023.

Em relação ao IDHM-Educação, Jesus (2016) destaca que o desempenho baiano, considerando o analfabetismo, os anos de estudo e a completude dos níveis médio e superior, é baixo quando comparado com esse índice nacional, ainda que todos os territórios baianos tenham apresentado melhoria entre 1991 e 2010. Santana, Gomes e Soares (2017) verificaram que o nordeste baiano, assim como outras regiões distantes da Região Metropolitana de Salvador apresentaram índices baixos sobre o IDHM-Educação, com algumas exceções.

É evidente que, para um acesso deficiente à educação, o ciclo de baixa tecnificação, manutenção da pobreza e domínio social seja mantido para as populações que são obrigadas a desenvolver, historicamente, atividades econômicas de baixa remuneração. É igualmente óbvio e se faz perceptível a partir das informações demonstradas nas Figuras 1 a 4, que não é razoável dissociar a melhoria do desenvolvimento humano da melhoria da educação, que tem o poder de provocar alterações significativas na renda. É esperado, portanto, que a educação seja o setor social cuja força motriz consiga modificar a realidade apontada pelo IDHM-Renda, ao fornecer alternativas viáveis e duradouras para as populações envolvidas, uma vez que, conforme destacado

por Barros Junior et al. (2023), uma educação deficiente fomenta o trabalho infantil, restringe a escolha pela ocupação e gera o não aproveitamento de talentos. Esse entendimento é compartilhado por Doré e Teixeira (2023), ressaltam que a educação é essencial para o crescimento econômico uma vez que eleva a qualidade do trabalho executado pelos indivíduos ao fornecer conhecimento e habilidades fundamentais para que os indivíduos consigam melhorar o padrão de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito amplo do Índice de Desenvolvimento Humano permite uma análise particular de uma dada localidade, ou conjunto destas que, associado a dados e informações complementares, é capaz de delimitar um panorama fidedigno das condições socioeconômicas e políticas dos atores envolvidos, de maneira a provocar a sociedade e o Poder Público na busca por melhorias efetivas.

Foi demonstrado, para os maiores municípios produtores de folha e de fibra de Agave Sisalana na Bahia, que o IDHM é um índice completo o suficiente, ainda que em constante modificação, para evidenciar a realidade das populações desses municípios, permitindo aprofundar nas particularidades das facetas renda e educação. Para a renda, observou-se que embora tenha tido uma melhora ao longo dos anos, a distribuição da renda entre os munícipes não foi suficiente para uma qualidade de vida, isto é, um IDHM mensurável positivamente. Isso não é, por si só, um fato isolado. Como verificado, a história escravagista do Brasil e a relação entre o trabalhador da agaveicultura e as elites dominantes locais são fatores que concorrem para a manutenção da pobreza e da desigualdade na região sisaleira da Bahia e do Brasil, em um contexto amplo. Não se trata apenas de distribuir renda. Trata-se de remunerar adequadamente o trabalhador e dar-lhes acesso a serviços básicos adequados e necessários para o estabelecimento da qualidade de vida onde reside e trabalha. Isso, obviamente, encontra barreiras locais, estaduais e nacionais ainda não solucionadas no Brasil. No entanto, o conhecimento sobre o cenário desse indicador nesses municípios ajuda a compreender a dinâmica econômica e social e pavimenta a reflexão e a necessidade de políticas públicas direcionadas e assertivas para essas populações.

Para o IDHM-Educação, há muito ainda a percorrer até se ter um acesso digno à educação, haja vista que nenhum município analisado apresenta IDHM-Educação médio. É, pela educação, que transformações estruturais na organização do trabalho, na organização social e na relação entre

o homem e o setor produtivo podem ser alcançados, beneficiando, inclusive, a própria cadeia produtiva do sisal e as demais cadeias produtivas locais que, juntas, sustentam a estrutura social, administrativa e econômica desses municípios.

É evidente que há limitações ao tratar de indicadores e temas tão complexos como os tratados. Falta de informação adequado ou indisponibilidade de informação, violências históricas diversas impostas a essas localidades que impedem o registro de ocorrências e a livre manifestação de opinião e de posicionamento, as estruturas seculares de poder que aprisionam o poder público, o setor produtivo e os indivíduos, as dificuldades naturais de se viver em regiões afastadas dos grandes centros urbanos são alguns dos fatores que mantêm o desenvolvimento humano dos municípios analisados em vagarosos passos de desenvolvimento e de sustentabilidade.

Entretanto, não é viável perpetuar a invisibilidade dessas comunidades. A agaveicultura, tão importante no passado e ainda extremamente norteadora de decisões locais, precisa também servir de instrumento para o estudo e a melhoria da qualidade de vida das populações que lidam, direta e indiretamente, com ela. Este trabalho, ainda que limitado pelos fatores expostos, resgata essas populações por meio de métricas quali-quantitativas validadas globalmente e convida ao aprofundamento da discussão das questões tratadas.

6 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, P. C. B. de; PIRES, M. de M. A região cacauzeira do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 192-208, 2019.
- ALMEIDA, R. da M.; SANTANA, L. S. G. de; REIS, R. B.; LOPES, T. H. C. R. Child mortality in the state of Bahia: conditioners and spatial analysis. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 9, n. 7, p. e726974660, 2020.
- ANDAISH, Q.; ASSADI, S. A study on the effectiveness of foreign aid on human development of Afghanistan. **Sustainable Technology and Entrepreneurship**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 100056, 2024.
- ARAGÃO, H. B. P.; FORTE, S. H. A. C. A governança e seu impacto no IDH. **Gestão Executiva – UNIFOR**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 12-16, 2022.
- ATLAS BRASIL. Consulta de Indicadores – Bahia. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 22 maio 2023.

AVELINO, J. A. A Informalidade no Trabalho Rural na Região Sisaleira do Estado da Bahia Viola Direitos Trabalhistas. **Revista de Psicologia**, online, v. 14, n. 53, p. 634-647, 2020.

BLATT, N.; GONDIM, P. S. C. Territórios de identidade no estado da Bahia: uma análise da regionalização implantada pela estrutura governamental na perspectiva do desenvolvimento local e regional. **Tempos, Espaço e Representações: Abordagens Geográficas e Históricas**, [s.l.], p. 1-19, 2013.

BANSAL, V. et al. An intervention-focused review of modern slave labor in Brazil's mining sector. **World Development**, [s.l.], v. 171, p. 106362, 2023.

BARROS JUNIOR, F. et al. Misallocation of talent, teachers' human capital, and development in Brazil. **Journal of Macroeconomics**, [s.l.] v. 77, p. 103542, 2023.

BARRETO, R. C. S.; DUARTE, L. B.; ALVES, A. V. S. qualidade institucional e desenvolvimento socioeconômico dos municípios do Território do Sisal, Bahia. **Revista de Estudos Sociais**, [s.l.] v. 20, n. 41, p. 109-143, 2019.

COELHO NETO, A. S.; LIMA, J. da S. A formação do espaço Sisaleiro da Bahia: permanências e emergências. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 47, p. 11-24, 2022.

CUNHA, U. A. N. da; FERREIRA, Liliane Caraciolo. IDHM dos Estados da região Nordeste do Brasil: Histórico e Análise entre 1991 e 2010. **Revista de Psicologia**, online, v. 10, n. 30, p. 168-181, 2016.

DORÉ, N. I.; TEIXEIRA, A. A. C. The role of human capital, structural change, and institutional quality on Brazil's economic growth over the last two hundred years (1822-2019). **Structural Change and Economic Dynamics**, [s.l.], v. 66, p. 1-12, 2023.

FELICIANO, S. C. da C.; VILLELA, P. B.; OLIVEIRA, G. M. M. de. Associação entre a Mortalidade por Doenças Crônicas Não Transmissíveis e o Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil entre 1980 e 2019. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, online, v. 120, p.1-10, 2023.

FERREIRA JÚNIOR, C. L. et al. Assessment of correlation between incidence, hospitalization and mortality by COVID-19 with the Municipal Human Development Index-IDHM in a health macro-region of Minas Gerais. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-10, 2022.

FIGUEIRA, W. A.; FIGUEIRA, E. de A.. As implicações dos programas de transferência de renda no IDH-M do Território de Identidade do Sudoeste Baiano. **Reflexões Econômicas**, Ilheus – BA, v. 3, n. 1, p. 92-111, 2017.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. **V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil**. 2021. 119 p. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/>. Acesso em: 27 set. 2023.

GUERRA, O. Bahia: liderança econômica regional e desigualdade social. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 27, n. 2, p. 55-85, 2017.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005.

GUIMARÃES, N. M. et al. Análise da relação do índice de desenvolvimento humano municipal com a taxa de mortalidade infantil nos estados brasileiros, no período de 2010 a 2017. **Revista Cereus**, online, v. 14, n. 2, p. 17-24, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 11 ago. 2023.

JESUS, C. M. de. Desenvolvimento territorial rural na Bahia: caracterização socioeconômica dos territórios rurais e da cidadania. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. de S. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016. p.85-111.

LIMA, R. R. F. de; SANTOS, C. T.; BISPO, J. L. P. Perspectivas de aplicações do produto e dos coprodutos da agave sisalana. **Revista Eletrônica Perspectivas da Ciência e Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 1-11, 2023.

MARTIN, A. R.; et al. Caracterização Química e Estrutural de Fibra de Sisal da Variedade Agave sisalana. **Polímeros: Ciência e Tecnologia**, online, v. 19, n. 1, p. 40-46, 2009.

MARTINS, F.; et al. COVID-19, SDGs and public health systems: Linkages in Brazil. **Health Policy OPEN**, online, v. 4, p. 1-9, 2023.

OLIVEIRA, N. S. M. N. de; LIMA, J. F. de; BARRINHA, R. N. Desenvolvimento Humano Municipal no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 7, n. 1, p. 137-164, out. 2019.

OLIVEIRA, W. F. de. Índice de Desenvolvimento Humano e Pegada Ecológica: uma proposta de integração. **Revibec: revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 35, n. 2, p. 0055-75, 2022.

PEDROSA, L. A liberdade econômica como fator preponderante para o desenvolvimento humano. **Informe Econômico (UFPI)**, [s.l.], v. 46, n. 1, p.72-91, 2023.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. de. Educação: contraste entre o meio urbano e o meio rural no Brasil. **Boletim regional, urbano e ambiental- IPEA**, [s.l.], v. 21, p. 63-74, 2019.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro Brasília, DF: PNUD, IPEA, FJP, 2013. 96p.

QUEIROGA, V. de P. **Sisal (Agave sisalana, Perrine): Tecnologias de plantio e utilização**. Campina Grande: AREPB, 2021. 217 p.

ROMÃO, M. C. Uma proposta de extensão do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 13, p. 597-612, 2023.

SANTANA, A. S. de; GOMES, R. L.; SOARES, N. S. Dinâmica espacial do índice de desenvolvimento humano dos municípios do estado da Bahia, Brasil. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [s.l.], n. 2017-08, 2017.

SANTOS, E. M. autonomia e desenvolvimento regional: o caso da apaeb na região sisaleira da Bahia-Brasil. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 47, p. 25-38, 2012.

SANTOS, A. S. dos et al. Saúde bucal e índice de desenvolvimento humano, Bahia, 2001-2014. **Tempus—Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 13, n. 3, 25-42, 2019.

SANTOS, E. I. dos; CARVALHO, Í. C. S. de; BARRETO, R. C. S. Caracterização Espacial da Pobreza no estado da Bahia. **Economia & Região**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 103–118, 2015.

SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da. Sisal na Bahia-Brasil. **Mercator, Fortaleza**, v. 16, p. 1-13, 2018.

SANTOS, E. I. dos; CARVALHO, Í. C. S. de; BARRETO, R. C. S. Pobreza multidimensional no estado da Bahia: uma análise espacial a partir dos censos de 2000 e 2010. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 240-263, 2017.

TOUSSAINT, E. **História Crítica do Banco Mundial**. Porto Alegre: Movimento, 2020. 367 p.

WANG, C. et al. Assessing progress toward China's subnational sustainable development by Region Sustainable Development Index. **Sustainable Horizons**, online, v. 11, p. 1-14, 2024.

Data de recebimento: 19 de outubro de 2023.

Data de aceite: 28 de março de 2024.